

## VIII Legislatura

### III Sessão Legislativa

Horta, 18 de Abril de 2007

## **INTERVENÇÃO da Deputada Ana Isabel Moniz sobre Política de Turismo**

*Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo Regional:*

Dez anos de Governo do Partido Socialista e mudou-se a face do Turismo nos Açores. Hoje há uma estratégia e uma política de Turismo para os Açores!

Com a introdução, pelo Governo de Carlos César, de um novo modelo de desenvolvimento para as nossas ilhas, com mais alternativas económicas, com perspectiva de futuro e com a ambição de qualificar, na Europa e no Mundo, a Região e o nosso povo, o Turismo passou a ser um dos pilares de desenvolvimento da Região. O Turismo é agora encarado como uma das áreas decisivas para o desenvolvimento sustentável dos Açores. Abriram-se novos horizontes para a economia regional e para a capacidade empreendedora dos nossos empresários. Criaram-se novas oportunidades de emprego e novas qualificações profissionais. Acresceram-se as receitas externas. Por outro lado, iniciou-se o processo de consolidação da imagem externa da Região, contribuindo assim para a valorização do nosso património natural e para o reforço da identidade cultural do nosso povo.

É assim que os objectivos de crescimento do Turismo e de aumento do emprego qualificado, definidos no âmbito desta nova actuação governativa, se revelam cada vez mais como elementos cruciais para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos.

Ao analisarmos os resultados das políticas sectoriais públicas que têm sido implementadas desde os primeiros tempos de governação socialista, não podemos ficar indiferentes ao sucesso alcançado no domínio do Turismo.

E contra factos, não há argumentos. Inquieta-se a oposição para, no seu deserto de ideias, encontrar motivos de crítica nesta corajosa actuação política. Mas fica isolada no seu maldizer. Pois se, numa era de constante mudança, que obriga permanentemente a dar resposta a novos – e, quantas vezes, inesperados – desafios e a procurar, em cada momento, formas inovadoras de motivar e de mobilizar os agentes em torno de novos objectivos comuns, todos reconhecem que esta é uma tarefa que nunca está concluída, também ninguém ainda esqueceu o marasmo e a estagnação que, por falta de vontade ou incapacidade, se vivia no sector, nos tempos da governação social-democrata.

Pela primeira vez na história da Autonomia, e pela mão do PS, se delinearam verdadeiras políticas para o desenvolvimento do Turismo nos Açores. E essas políticas foram postas em prática de uma forma gradualista, visando um crescimento com competitividade e sustentabilidade, e não um crescimento turístico rápido, de massas e de mudança radical, como alguns críticos derrotistas por vezes querem fazer passar, por não se compadecerem com o êxito que se tem verificado no sector.

Os esforços desenvolvidos em matéria de planeamento e de gestão estratégica dos Açores como destino turístico denotam uma forte preocupação com o desenvolvimento do Turismo enformada pelo desígnio da Sustentabilidade.

Este Governo tem vindo a implementar medidas de fundo que corporizam uma política global de Desenvolvimento Sustentável que permita, aos Açores, continuar a ser uma região modelo, no contexto nacional e europeu, no que concerne à sua qualidade e património ambiental e sociocultural.

Temos avançado com determinação na preparação de diversos instrumentos, onde se destacam o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável, o Sistema Integrado para a Gestão dos Resíduos dos Açores, os Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades, a Rede Regional de Áreas Protegidas, o Plano Regional da Água e os Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras, para além de se instituir importante regulamentação e desenvolver outras acções complementares no domínio da protecção da biodiversidade e da preservação do património natural e cultural da Região. Foi criada, igualmente, uma Inspecção Regional do Ambiente que terá por objectivo garantir o cumprimento das normas jurídicas nas áreas do ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza.

A proposta de Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores também já está concluída, estando disponível para consulta e discussão pública desde a passada segunda-feira e até 16 de Maio, após o que será submetida à apreciação por parte desta Assembleia Legislativa.

É através da implementação destes importantes instrumentos que se cumpre a função de articular estas áreas com o Turismo. É assim que os países mais desenvolvidos e competentes nestas matérias estão a fazer. Foi assim, desde o início, que o Governo do PS fez, revelando a existência de uma visão e estratégia regionais para o sector.

***Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo Regional:***

A Organização Mundial do Turismo acabou de anunciar que o número de turistas no mundo atingiu um valor recorde em 2006, com cerca de 842 milhões de viajantes, mais 4,5% que no ano anterior. Em 2005, o número de turistas em todo o mundo tinha já chegado a um máximo histórico de 806 milhões, subindo 5,5% face ao ano anterior. Para 2007, este organismo prevê uma desaceleração do crescimento, com um aumento do Turismo mundial de 4%.

Tendo em conta este cenário mundial, é com grande orgulho que, ao consultarmos os Indicadores de Monitorização e Previsão da Actividade Turística (IMPACTUR), verificamos que a Região Autónoma dos Açores surge em destaque a nível nacional, denotando nos últimos três anos um crescimento médio acumulado de 10,5% nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros.

Reportando-nos apenas ao ano de 2006, constata-se que a hotelaria registou cerca de 1,2 milhões de dormidas, ou seja, um valor superior em 3,8% em relação ao ano anterior.

Embora tenha havido uma desaceleração da taxa de crescimento das dormidas, em grande parte devida ao cancelamento inesperado de alguns voos do mercado nórdico na época baixa, é preciso recordar que os anos de 2004 e de 2005 foram excepcionais, tendo os Açores sido a região do país que evidenciou melhor desempenho no contexto nacional, ultrapassando largamente os objectivos estabelecidos no âmbito do Plano de Promoção Turística Regional. Sublinhe-se que este plano promocional é aprovado pelo Instituto de Turismo de Portugal em concertação com o Plano Estratégico Nacional do Turismo.

Por ilhas, as que apresentaram maiores acréscimos homólogos das dormidas foram o Pico (+14,8%), o Faial (+13,1%) e a Graciosa (+12,8%). São Miguel apresentou uma variação positiva de 3,3% e a Terceira de 0,2%.

Analisando a composição da procura turística por mercados, observa-se que as dormidas de estrangeiros continuam a assumir preponderância, com 56,4% do total, embora tenham sido as dormidas de residentes em Portugal a contribuir mais para este aumento, com uma variação homóloga positiva de 7,1%, contra um crescimento de 1,4% nas dormidas de estrangeiros.

Na hotelaria, a taxa média de ocupação-cama, que há uma década atrás andava à volta dos 30%, ficou muito próxima dos 40%.

A estada média mensal na Região continua a ser das mais elevadas do país, tendo apresentado sempre valores superiores à média nacional.

Quanto aos proveitos, e num período em que praticamente não houve alterações na capacidade de alojamento turístico, a hotelaria regional assinalou 54,1 milhões de euros de proveitos totais e 37,4 milhões de euros de proveitos de aposento, a preços correntes, representando variações homólogas positivas de 5,2% e 4,8%, respectivamente. Isto significa que os acréscimos verificados nos proveitos superaram os acréscimos verificados nas dormidas, o que se traduz necessariamente em ganhos para o sector.

Observa-se, ainda, que a hotelaria dos Açores registou elevados proveitos médios por dormida, ao longo de todo o ano de 2006, tendo sido ultrapassada apenas pelas regiões de Lisboa e do Alentejo.

Mas, para além destes números serem reveladores do dinamismo ascendente da procura turística na Região, importa salientar que o crescimento se tem verificado nos meses de época baixa, tal como bem atestam as estatísticas relativas a Janeiro e Fevereiro de 2007, com acréscimos homólogos de 27,3% e de 17,1%, respectivamente.

***Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo Regional:***

As políticas de promoção turística e de promoção da acessibilidade assumem, igualmente, um papel fundamental para o desenvolvimento do Turismo na Região.

No que respeita à promoção turística, e para além das verbas que estão inscritas no Plano de Investimentos da Região, os Açores irão receber da Administração Central, no período 2007/2009, e no âmbito da contratualização iniciada em 2004 através da Associação de Turismo dos Açores, um montante destinado à promoção turística no estrangeiro que é superior ao disponibilizado na primeira fase deste processo.

Para além destas verbas, o Governo Regional decidiu afectar este ano 8,5 milhões de euros à realização de iniciativas de promoção turística dos Açores a desenvolver por associações sem fins lucrativos, ao abrigo de contratos-programa.

A estes apoios acrescem, ainda, aqueles que são atribuídos através do regime de apoios a iniciativas com interesse para a promoção do destino e dos sistemas de incentivos ao investimento privado na Região.

É de recordar, a este propósito, que os incentivos ao investimento privado têm assumido um papel fundamental na nossa Região, ao fomentar a criação de condições para um desenvolvimento sustentável em todas as ilhas, nomeadamente com a introdução de medidas de discriminação positiva em certos casos, visando uma maior coesão económica, social e territorial da Região.

É uma realidade incontestável que, por ocasião do III Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, o investimento privado nos Açores cresceu a um ritmo nunca dantes verificado.

O investimento total candidatado nesse período foi superior a 700 milhões de euros, tendo sido os Açores a região do país que melhor desempenho revelou a nível nacional, em termos proporcionais.

Investiu-se cerca de seis vezes mais, em termos nominais, do que no anterior Quadro Comunitário, sendo 65% desse investimento aplicado ao sector do Turismo. Esta é mais uma prova da importância e do recente protagonismo da actividade turística no desenvolvimento regional.

Ainda há poucos dias o Governo Regional aprovou o quadro legal dos sistemas de incentivos a vigorar no novo Quadro Comunitário, anunciando a introdução de algumas inovações que vão permitir assegurar a continuidade deste processo dando resposta aos novos desafios do mundo empresarial.

No domínio dos transportes aéreos, é de realçar que, em 2006, o movimento de passageiros nos aeroportos e aeródromos açorianos cresceu 6,5% face ao ano anterior, atingindo 1,8 milhões de passageiros, contra 1,7 milhões, em 2005.

Embora os aeroportos de Ponta Delgada e das Lajes continuem a ser os mais importantes em termos de movimento, foram os aeroportos de Santa Maria e do Pico que registaram os acréscimos mais significativos, de 33,9% e 17,8%, respectivamente. Isto patenteia que os esforços de abertura de novas *gateways* e de melhoria das aerogares têm contribuído significativamente para a melhoria das acessibilidades e para o aumento do tráfego aéreo na Região.

As novas ligações aéreas directas aos principais mercados emissores de Turismo para a Região, entre as quais se destacam os voos regulares efectuados pela SATA Internacional, têm contribuído inegavelmente para esta dinâmica.



Em valores absolutos, e para além do mercado nacional, os Países Nórdicos continuam a assumir preponderância, embora tenham diminuído o seu peso no ano que agora findou, graças aos crescimentos verificados na Holanda, Itália, Áustria, Canadá, França, EUA e Reino Unido, o que é um bom indicador da redução da dependência de operadores externos e dos fluxos turísticos provenientes desses mercados.

Continuando a aposta em novos mercados, neste caso com o centro da Europa, a transportadora aérea açoriana vai assegurar, este ano, mais duas novas rotas para a Região: uma proveniente da Áustria e outra, da Irlanda. É de frisar que a operação Viena/Ponta Delgada, que arrancou no passado dia 30 de Março, está a ser efectuada em parceria com um agente local, que já tem vendido programas para a Terceira, Faial e Pico, contribuindo, deste modo, para a desconcentração geográfica dos fluxos turísticos. O voo Dublin/Ponta Delgada irá iniciar-se no mês de Maio. As ligações já existentes com o Reino Unido e com a Holanda vão ser reforçadas, o mesmo se verificando com os EUA e o Canadá. Prevêem-se, assim, fortes crescimentos nestes mercados em 2007 e 2008.

Por outro lado, o executivo pretende dinamizar um conjunto de actividades que passam pelo mar, estando para isso a criar ou a melhorar diversas infra-estruturas de apoio ao recreio náutico e ao transporte marítimo de passageiros. Paralelamente, está a intensificar as acções promocionais relacionadas com actividades marítimo-turísticas, tendo em vista a divulgação destes produtos e o reforço da imagem da Região neste domínio. Esta política de promoção da acessibilidade consubstancia-se numa mais-valia, não só para os açorianos, como também para todos aqueles que nos visitam.

***Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo Regional:***

O Turismo é um sector transversal que produz efeitos significativos noutras áreas-chave da economia, tais como os transportes, a construção, o comércio e outros ligados à produção e fornecimento de produtos e serviços relacionados com viagens de lazer e negócios.

É por isso que tem merecido, e bem, no nosso entender, um carinho muito especial por parte do nosso Governo, que tem vindo a colocar uma tónica cada vez mais acentuada na importância estratégica desta actividade económica para a Região.

É assim que o nosso Governo reconhece, e bem, no nosso entender, o seu potencial para gerar crescimento e emprego, garantindo-lhe o necessário destaque no contexto da estratégia de desenvolvimento regional.

É por isso que se tem vindo a valorizar, e bem, no nosso entender, o investimento privado, bem como outros factores de modernização, nomeadamente nas áreas das tecnologias da informação e da comunicação.

É assim que tem apostado, e bem, no nosso entender, no acréscimo da competitividade turística face à concorrência mundial e na criação de factores de sustentabilidade deste destino turístico insular, como factores decisivos para a continuada renovação do sucesso desta estratégia de desenvolvimento regional.

Disse!